

A cobertura jornalística da imigração: para uma teoria da notícia televisiva

Isabel Ferin*

Resumo

Este artigo apresenta os dados relativos à cobertura da Imigração nos telejornais do *prime-time* dos três canais de sinal aberto. Inicia-se a exposição apresentando um quadro sucinto sobre a imigração e os *media* na Europa, seguido de uma breve contextualização do campo em Portugal. Tendo como pano de fundo o estudo empírico realizado, e com base em Stuart Hall, discutem-se os conceitos de *agendamento*, *controlo cultural*, *definidores primários*, *estereótipos* e *pânico moral*. Por último, apresentam-se comparativamente os dados quantitativos referentes aos cinco anos (2003-2007) de cobertura nos canais televisivos de sinal aberto. A conclusão aponta para uma reorganização dos *mapas de sentido* sobre a cobertura da imigração acompanhada de uma tensão entre os diversos *definidores primários*.

Palavras-chave: televisão, imigração, cobertura jornalística, Portugal.

Introdução

As migrações globais não são um fenómeno novo nas sociedades mundiais, mas surgiram, neste início de milénio, com uma nova dimensão e visibilidade em função dos processos de globalização. Ao contrário do que aparece nos meios de comunicação ocidentais, as maiores movimentações de população situam-se no hemisfério Sul, nomeadamente em África e na Ásia, decorrentes de conflitos e crises económicas. Segundo dados recen-

* Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra. Este artigo resulta da execução do Projecto financiado pelo ACIDI "Media, Imigração e Minorias Étnicas" em colaboração com o Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra e o Centro de Investigação Media e Jornalismo. O projecto foi coordenado ao longo dos cinco anos por Isabel Ferin Cunha em parceria com Clara Almeida Santos e teve a participação de Willy S. Filho e Ilda Fortes. No ano de 2004 o projecto contou com a colaboração de Maria João Silveirinha e Ana Teresa Peixinho. No ano de 2005, integrou o projecto Ana Catarina Valdigem.

tes, há cerca de duzentos milhões de pessoas deslocadas no mundo, o que corresponde a 2,8% da população mundial (Castles e Miller, 2003).

Apesar das restrições à imigração e em conformidade com os dados divulgados pelo Relatório da OCDE, em 2007, relativos às Migrações Internacionais, cerca de quatro milhões de novos imigrantes entraram em 2005 de forma permanente nos países que constituem esta organização, um crescimento de 10% relativamente ao ano anterior. Os países de maior acolhimento são os Estados Unidos, a Espanha, o Reino Unido e o Canadá, mas também a Irlanda, a Alemanha e a Nova Zelândia. A estes migrantes legais é necessário acrescentar um número indeterminado, mas sempre crescente, de indocumentados e traficados.

A Europa tornou-se, a partir da década de oitenta, um espaço de imigração. Segundo Wenden (2005: 19), 60% dos estrangeiros instalados na Europa têm mais de dez anos de permanência nos países de acolhimento e constituem cerca de 6% da população europeia. Nesta última década têm aumentado os fluxos migratórios originários do continente asiático, nomeadamente da China, Paquistão e Índia mas também da África subsariana. Um outro fenómeno que caracteriza esta última década é o surgimento de pessoas sem documentação, os «sem-papéis», que constituem um desafio à integração e regularização nos países de acolhimento.

A concertação de políticas relativas à imigração na União Europeia tem privilegiado duas vertentes complementares: por um lado concertar aspectos preventivos e de defesa interna e externa; por outro desenvolver mecanismos de integração, não discriminação e acesso dos migrantes à cidadania, não só dos países onde vivem, mas também à cidadania europeia. Entre os mecanismos de defesa e prevenção está o Acordo de Schengen – assinado inicialmente em 1985 e paulatinamente estendido a todos os países que vão integrando a União Europeia –, que constitui, para os cidadãos europeus, a garantia de circulação sem fronteiras, mas obriga os cidadãos de países terceiros a obterem um visto Schengen para visitarem ou permanecerem nestes países. A existência da fronteira Schengen obriga os países por ela compreendidos a possuírem centros de acolhimento temporário para imigrantes em situação ilegal e, ao mesmo tempo, legislação complementar que permita a expulsão e registo destes imigrantes no sistema Schengen. São estes mecanismos que geram muitas das peças de imprensa e televisão em Portugal referentes aos centros de acolhimento, as que reportam a expulsão e deportação de imigrantes detectados em situação irregular, assim como as que enfatizam acções da polícia, terrestre e marítima, contra a imigração clandestina no Mediterrâneo e no Sul da Península Ibérica.

Nos últimos anos, os mecanismos de integração têm vindo a multiplicar-se em diferentes frentes em toda a Europa, salientando-se os aspectos relativos à obtenção da nacionalidade, as políticas de promoção da igualdade de oportunidades e a vigilância e punição dos empregadores e angariadores de mão-de-obra clandestina. No que toca ao direito à nacionalidade, assinala-se a transição do direito de sangue para o direito de solo, assim como a vinculação da atribuição da nacionalidade em função dos anos de residência nos países de acolhimento (Wenden, 2005: 20). As políticas de promoção de iguais oportunidades visam, em primeiro lugar, a promoção da cidadania participativa

e o direito à partilha da vida urbana, através de políticas de realojamento, integração nas escolas, acesso ao emprego, promoção do associativismo e animação cultural. É ainda de referir, dentro destas políticas, as campanhas contra a discriminação social, com recurso aos meios de comunicação, e as periódicas sondagens sobre percepção de factores de discriminação e atitudes face aos migrantes (Eurobarómetro, 2006; 2007).

Em Portugal os dados recolhidos, na imprensa e na televisão, referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007, reflectem em grande parte estas tendências com ênfase para a aquisição de nacionalidade e as que reportam os realojamentos e as políticas de integração nas escolas. Mas também devem ser mencionados alguns outros temas, como o aumento de publicidade onde são identificáveis pessoas oriundas de outros grupos étnicos, os documentários e reportagens sobre temáticas da migração. Em 2007, Portugal contabiliza cerca de 409 mil estrangeiros em situação legal, sendo possível estimar em cerca de 170 mil os que se encontram em situação ilegal.¹ A maior comunidade é a cabo-verdiana, constituída por 65 485 cidadãos, a que se segue a brasileira, com 65 463 e a ucraniana, actualmente com 37 851. Um pouco inferior a estes números situa-se a comunidade angolana (33 215) e a guineense (24 513).

Os *media* e a imigração na Europa

Estudos realizados pelo European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC) sobre as atitudes face à imigração e as minorias nos países europeus ressaltam o papel importante dos *media* na formação da opinião e nas atitudes perante a compreensão da diversidade. Os mesmos relatórios consideram que os *media* têm um impacto considerável na modulação da percepção e na geração de atitudes da população maioritária perante os imigrantes e as minorias étnicas. Estas observações tendem acentuar a função de reforço cultural que os *media* podem exercer na sociedade, ora acentuando as diferenças culturais e étnicas em detrimento da integração e da diversidade, ora veiculando imagens, valores e modelos de uma sociedade mais inclusiva. Por outro lado, as pesquisas realizadas pelo EUMC apontam que há demasiados estereótipos associados à imigração e às minorias étnicas nos *media* e que esta situação é, simultaneamente, causa e consequência das deficientes estratégias políticas de combate à discriminação². Em 2005, O *Handbook for Integration for Policy-Makers and Practitioners*³ reconhece, que em todos os países europeus se acentuaram os esforços conducentes ao respeito e à promoção da cidadania dos imigrantes, mas que há países onde a opinião pública apresenta ainda resistência à imigração e à diversidade cultural.

Pesquisas que se debruçaram sobre as atitudes e valores dos portugueses face à imigração concluem que há uma «escala cultural cognitiva» entre os inquiridos, que

¹ Neves, C. (2007), “Lei mantém mais de 200 mil na ilegalidade”, *Diário de Notícias*, 29 de Outubro, pp. 4-5.

² Bruxelas, 16/07/2004 COM (2004) 508 final, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: *First Annual Report on Migration and Integration*.

³ <http://eumc.eu.int/eumc/material/pub/eurobarometer/EB2005/EB2005-summary.pdf>

os aproxima mais dos imigrantes brasileiros, faz com que reconhecem a competência profissional dos cidadãos dos países de Leste e criam desconfiança face aos cidadãos originários de países africanos (Lages e Policarpo, 2006). No entanto, convém referir que estas atitudes e comportamentos não são específicos da sociedade portuguesa. As sondagens periódicas realizadas pelo *Eurobarómetro*, que visam obter dados sobre as atitudes e percepção dos europeus face aos imigrantes e à imigração, demonstram que a hostilidade para com os imigrantes deriva não só de condições objectivas (vulnerabilidade económica, desemprego e precariedade) como de condições subjectivas, tais como as expectativas e as opções ideológicas. As mesmas sondagens demonstram que os cidadãos europeus são também unânimes, apesar das particularidades de cada país, a reconhecerem que ser imigrante, e/ou pertencer a outra etnia é, à partida, uma desvantagem social que cerceia o acesso ao mercado de oportunidades⁴.

É neste contexto, e assumindo que os meios de comunicação – principalmente a rádio, a imprensa e a televisão – constituem as fontes de informação de referência da maioria da população, que convém lembrar algumas das medidas comunitárias direccionadas para os operadores e profissionais dos *media*. Estas disposições, assumidas pela União Europeia e pelos Estados-Membros, através de organismos específicos, têm visado acções de consciencialização nos *media* para a realidade pluricultural e multicultural das sociedades europeias. Neste sentido vão algumas das recomendações presentes nos acordos da Televisão sem Fronteiras (*Television without Frontiers*) sobre os direitos das minorias e a promoção da diversidade cultural e dos direitos humanos, precavendo o incitamento a atitudes racistas, sexistas ou à discriminação religiosa.⁵ Estes dispositivos legais foram reforçados através do programa *Media Plus* (2001-2006), que elegeu como um dos seus objectivos o desenvolvimento de produções cinematográficas e audiovisuais que contemplassem a cidadania e as minorias étnicas e culturais.

A sensibilização dos operadores e profissionais dos *media* tem sido uma das outras preocupações da União Europeia. O *Committee on Migration of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe* (PACE) tem vindo a enfatizar a necessidade de os empresários europeus incluírem nos seus quadros profissionais oriundos das minorias étnicas e das comunidades migrantes; por outro lado tem recomendado uma maior formação dos jornalistas nas áreas relativas à diversidade e multiculturalidade, bem como o desenvolvimento de órgãos de comunicação voltados para as comunidades étnicas (*Ethnic Media*)⁶.

No contexto português é necessário referir a actuação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), criado em 2002, após reestruturação da função unipessoal de Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, existente desde 1996. Esta estrutura elegeu como uma das suas linhas prioritárias de acção «sensibilizar os meios de comunicação social para um contributo para a integração e combate à estigma-

⁴ Eurobarómetro Especial 263, publicado em 2007 sobre a Discriminação na União Europeia.

⁵ Art.22a of the Directive 89/552/EEC “Television without Frontiers”: “Member States shall ensure that broadcasts do not contain any incitement to hatred on grounds of race, sex, religion, nationality”.

⁶ <http://assembly.coe.int/ASP/APFeaturesManager/defaultArtSiteView.asp?ArtId=112>

tização dos imigrantes e das minorias étnicas, nomeadamente através do Prémio de Jornalismo pela Tolerância»⁷. Não é de menosprezar, dentro deste objectivo, o papel do então Alto Comissário, o sacerdote jesuíta António Vaz Pinto, e do Alto Comissário Adjunto, Rui Marques, ambos conhecedores das lógicas de funcionamento dos meios de comunicação e possuidores de relações privilegiadas com proprietários, editores e jornalistas.

O campo dos *media* em Portugal: 2002 e 2007

Em Portugal, na sequência das propostas lançadas pelo governo de coligação PSD/CDS entre 2002 e 2005, regista-se no campo dos *media* um conjunto de mudanças que alteraram significativamente o seu funcionamento, com destaque para as televisões generalistas. As eleições antecipadas, que puseram fim ao governo de coligação conservadora, e conferiram a maioria parlamentar ao Partido Socialista (PS), trouxeram uma maior estabilização à governação política. Em Fevereiro de 2005, é anunciada a venda da Lusomundo Media, em posse da empresa Portugal Telecom, à Controlinveste Olivedesportos, um grupo alicerçado no controlo de emissões desportivas. A venda da Lusomundo Media decorre, na verdade, das recomendações feitas pelo Presidente da República e pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACCS), então órgão regulador da comunicação social, no sentido de diminuir o peso do Estado neste sector. No mesmo ano acentua-se a participação dos grupos espanhóis nos meios de comunicação através da compra pela Prisa da Vertix, empresa que detém 28,8% do capital da Media Capital. A compra, pela Prisa, da operadora da TVI suscitou grande celeuma em torno do papel estratégico dos meios de comunicação na afirmação da identidade e na defesa dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo, esta compra acabou por se associar à renovação das licenças dos operadores privados de televisão – e aos princípios que deveriam obedecer a esta renovação – e à aprovação de uma nova Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) com funções mais alargadas. No campo das regulações, refere-se a iniciativa da TVI, anunciada em Setembro e seguida pela SIC, de classificar os programas segundo o escalão etário, bem como a publicidade direccionada às crianças. Ainda no campo dos *media*, em 2005, é necessário salientar o anúncio feito, pela administração da RTP, da redução em 2004 de 81,7% dos prejuízos no Grupo, resultantes da venda de património, redução de pessoal, racionalização de custos e reformulação de grelhas. Na SIC, o ano de 2005 trouxe, pela primeira vez em dez anos, o segundo lugar nas audiências, atrás da TVI, apesar de o canal manter os melhores resultados líquidos. No início de Outubro, a Ministra da Cultura anunciou o reforço de orçamento e incentivos à produção do audiovisual e, quase simultaneamente, a RTP e a RDP assinaram um acordo com a Radiobrás, para a troca de conteúdos televisivos e radiofónicos. No mesmo mês e dia, a TV Record, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a terceira maior rede brasileira de televisão, anunciou que iria inaugurar um escritório em Lisboa com o objectivo de expandir a sua presença na Europa.

⁷ ACIME (2006), *Acolher e integrar: três anos ao serviço dos imigrantes*, Relatório de Actividades do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2002/2005), Lisboa: ACIME, p. 11.

O panorama mediático do ano de 2006 é grandemente marcado pelas alterações legislativas do campo dos *media* e pelas funções atribuídas à nova Entidade Reguladora da Comunicação (ERC). Esta Entidade é constituída por cinco membros eleitos pelos partidos com assento maioritário no Parlamento (PS e PSD) e financiada por taxas aplicadas às empresas de *media*. Uma das suas primeiras atribuições foi a renovação das concessões dos dois operadores privados, SIC e TVI, seguindo-se a proposta de revisão da Lei de Televisão que propôs mais investimentos na programação de qualidade e na ficção portuguesa e menos tempo de publicidade entre programas. Na renovação das concessões por mais quinze anos, a ERC vinculou a SIC e a TVI a diversas obrigações como por exemplo: a emissão de três blocos informativos diários; a emissão de debates e entrevistas autónomos dos blocos noticiosos; a exibição de uma programação diária infanto-juvenil, veiculada em horários compatíveis; a diversificação da programação no *prime-time*; a contribuição para o audiovisual independente e a promoção de co-produções com países lusófonos⁸. Ainda no que toca à legislação sobre os *media*, convém referir as diversas medidas tomadas pelo Governo socialista no sentido de impor limites à propriedade, tendo como critérios as quotas máximas de audiência, no caso da TV e da Rádio, e de índices de circulação média para a imprensa. Convém salientar que estas medidas causaram reacções de protesto. As empresas manifestaram-se primeiramente contra a obrigatoriedade de financiarem a Entidade Reguladora da Comunicação e em seguida contra a legislação que, no seu ponto de vista, impede a expansão dos grupos de *media*. Em contrapartida, os operadores privados e públicos assinaram um acordo de auto-regulação com o objectivo de promover a classificação de programas, identificando géneros e contribuindo para a protecção de públicos mais vulneráveis. No ano 2006 um outro dado importante a considerar é a alteração da propriedade na TVI. Esta estação – pertencente ao grupo Media Capital – é participada em 33% pelo grupo espanhol Prisa, o qual por sua vez tem entre os seus accionistas de referência o grupo europeu RTL (Faustino, 2006). Ainda de salientar, no ano de 2006, a saída, a 31 de Março, do canal GNT, da Rede Globo, da oferta por cabo. Após meses de negociação entre a TV cabo portuguesa, o canal GNT e a Globo-Sat, o contrato não foi renovado e o seu espaço foi ocupado pela TV Record.

No ano de 2007, assistimos à promulgação do novo Estatuto do Jornalista e da nova Lei de Televisão (Julho de 2007).⁹ A ERC empreendeu a revisão dos cadernos de encargos relativos à renovação das licenças dos operadores privados de televisão (SIC e TVI). O desempenho destas acções gerou acusações à ERC e ao Governo de censura e controlo da informação, advindas de diversos sectores políticos e partidários e da sociedade civil, nomeadamente a acusação de governamentalização dos canais públicos (RTP1 e RTP2).¹⁰ Nota-se ainda, em 2007, movimentações nas presidências e direcções dos grupos empresariais. Destaca-se a entrada em Abril de Pina Moura, ex-político do Partido Socialista, para a presidência da Media Capital, empresa pertencente ao grupo

⁸ Cfr. Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro.

⁹ Bastos, I. D. e Espadinha, M. J. (2007), “Presidente promulgou nova Lei de Televisão”, *Diário de Notícias*, 25 de Julho, p. 52.

¹⁰ Saraiva, N. e Ferreira, A. P. (2007), “O impulso irresistível de controlar”, *Expresso*, 31 de Março, Primeiro Caderno, pp. 1-3; Bastos, I. D. (2007), “Concentração dos media ‘é ameaça à liberdade’”, *Diário de Notícias*, 3 de Maio, p. 60.

Prisa, e detentora da TVI e da NBP Produções.¹¹ Na RTP, dão-se também mudanças na direcção do Grupo, com a substituição da equipa da administração, presidida por Almerindo Marques. No final do ano de 2007, o director de programas da RTP abandona este canal e é nomeado director de programas da SIC.¹² Ainda de salientar são as movimentações dos grupos portugueses e dos estrangeiros com interesses em Portugal, em torno da abertura de um quinto canal de sinal aberto ao abrigo da Televisão Digital Terrestre.¹³ Refere-se, ainda, a entrada de mais canais na televisão por cabo¹⁴, entre estes o da Globo,¹⁵ direccionados para imigrantes a viver em Portugal.

Em resumo, nos anos em análise aprofundaram-se algumas tendências já desenhadas anteriormente. Por um lado, assistiu-se à expansão do modelo comercial, à internacionalização das empresas e à diversificação tecnológica. Por outro lado, aumentaram as pressões de regulação e auto-regulação com vista à responsabilização dos operadores privados pelos conteúdos veiculados e pelo cumprimento dos direitos e deveres constitucional e legalmente consagrados.

Fundamentações teóricas

Teoricamente esta investigação partiu do princípio de que na televisão existe uma relação triangular, entre os dispositivos de produção, os conteúdos veiculados e as apropriações realizadas pelas audiências. O estudo empírico realizado – análise dos dados sobre imigração nos jornais televisivos do *prime-time* – situa-se ao nível dos dispositivos de produção e dos conteúdos veiculados. Outros estudos, realizados em simultâneo, focaram a recepção, tendo como objecto de análise os públicos pertencentes a grupos de imigrantes e descendentes de imigrantes (Ferin *et al.*, 2006).

A televisão é um espaço social estruturado, sujeito a inúmeras tensões e pressões, externas e internas, que configura um campo de forças sociais, regulamentado pelos poderes legislativo e político. Este campo de tensões políticas e sociais revela a cultura de uma sociedade e a democraticidade das suas instituições. Na cobertura da imigração e das minorias étnicas, o jornalismo televisivo português é, simultaneamente, reflexo e produto destas tensões, carregando o peso da cultura e da história imperial e dos novos valores da modernidade. As televisões são também empresas privadas ou públicas que dependem dos anunciantes e das audiências cujo espaço de produção da mensagem está sujeito a constrangimentos externos e internos. Ao longo dos anos analisados, encontram-se indícios da tensão entre exigências do lucro, que apostam na maximização das audiências e no *infotainment*, e os constrangimentos advindos da regulação e da auto-regulação

¹¹ Martins, C. e Saraiva, N. (2007), “Pina Moura Ex-Ministro e braço-direito de Guterres rejeita acusações de ser um homem do PS na TVI”, *Expresso*, Entrevista, 21 de Abril, p. 8.

¹² Azinheira, N. (2007), “Transferência: Os rumores que corriam há muito tempo confirmaram-se ontem. Nuno Santos vai ser o novo director de Programas da SIC já a partir de Janeiro”, *Diário de Notícias*, 13 de Dezembro, p. 60.

¹³ Diogo, F., Andrade, M.P. (2007), “Em guerra pela nova televisão: grupos media preparam todos os cenários”, *Expresso*, Primeiro Caderno, 5 de Maio, pp. 26-27.

¹⁴ Espadinha, M. J. (2007), “TV Cabo lança 10 canais para as comunidades”, *Diário de Notícias*, 2 de Outubro, p.61.

¹⁵ Bastos, I. D. (2007), “Entrevista: A Rede Globo vai regressar à TV Cabo com dois novos canais pagos: o generalista TV Globo Portugal e o PFC, dedicado em exclusivo ao futebol brasileiro”, *Diário de Notícias*, 27 de Setembro, p. 60.

(McQuail, 1994). Na medida em que o processo de comunicação é um circuito contínuo de produção-circulação-recepção-produção, a mensagem tende a oscilar entre os *estereótipos* simplificadores (Hall, *et al.* 1978) e o discurso *politicamente correcto*.

A produção da notícia surge, portanto, como resultado de diversos factores, nomeadamente das agendas políticas e culturais, dos conhecimentos técnicos e profissionais, das rotinas de produção, das ideologias profissionais, das culturas institucionais, dos acontecimentos, das expectativas, conjecturas e suposições sobre as audiências. Esta amálgama de factores, que contribui para a produção da notícia, faz com que ela seja uma narrativa construída socialmente, um produto cognitivo individual (do jornalista), mas também colectivo, das organizações e da sociedade, constituindo, na sua forma final, um indicador das suas estruturas de conhecimento e da sua visão de Mundo.

O circuito de produção, circulação e recepção da notícia está vinculado à ideia de *agendamento* (McCombs e Shaw, 1972, 1993; Dearing e Rogers; 1996). Na perspectiva da produção, e não das audiências, uma vez ultrapassado o princípio da relação causal entre a agenda mediática e a agenda pública (McCombs e Shaw, 1972), subsiste a ideia de que há uma hierarquia temática (Park, 1940) proposta pelos *media* (Berger e Luckman, 1996) e que os meios de comunicação constroem a realidade a partir de fontes de interesses organizadas na sociedade. O *agendamento* constitui o processo de seleccionar e hierarquizar as notícias, de criar uma realidade, por exemplo, sobre a imigração e as minorias étnicas, através de informações proporcionadas por fontes privilegiadas, como as forças de segurança pública ou o Alto Comissariado para as Migrações e as Minorias Étnicas (ACIME). O papel destes *definidores primários* está correlacionado com o seu posicionamento privilegiado, com o seu poder de influenciar os meios de comunicação (*definidores secundários*) na definição e hierarquização da *realidade* reforçando a hegemonia dominante (Hall *et al.*, 1978). A partir desta relação, a televisão *define* e não apenas reproduz a realidade e exerce um papel activo de *fazer as coisas significarem* (Hall *et al.*, 1978).

No enquadramento teórico deste estudo empírico, resultante da análise e inventariação sistemática dos factos *reais* seleccionados e estruturados nas coberturas jornalísticas sobre a imigração e as minorias étnicas, recupera-se também a ideia de *controlo cultural* e *pânico moral*. A pertinência destes dois conceitos desenvolvidos por Cohen (1973) e Hall (Hall *et al.*, 1978) nos anos setenta articula-se com as tensões identificadas na cobertura noticiosa sobre a imigração e as minorias étnicas, que oscila entre os crimes, ou transgressões sociais, e os temas *politicamente correctos*. Estas tensões indiciam, em consonância com a ideia de *definidores primários* de Hall, uma luta pela hegemonia e controlo cultural (Cohen, 1973), onde os agentes do Estado têm um papel preponderante, quer no estatuto de forças de segurança, quer como funcionários do ACIME, ou de entidades reguladoras. Neste confronto pelos *mapas de sentido* no campo das representações das imigrações e minorias, fazem-se representar interesses do Estado e do Governo, interesses populares, políticos, económicos e religiosos, portadores de diferentes ansiedades, expectativas e medos. Independentemente das posições dos diferentes grupos de *definidores primários* e dos seus interesses manifestos ou ocultos na informação veiculada, permanece central o conceito de *pânico moral*.

O conceito de *pânico moral* tem origem nas teorias do desvio, na exploração do conceito de *anomia* de Durkheim, e nos trabalhos de Cohen sobre as *tribos juvenis* urbanas britânicas nos finais dos anos 50, início dos anos 60. O *pânico moral*, uma percepção colectiva de sociedades em mudança, construída por agentes com poder de controlo cultural e social, expressa-se nos meios de comunicação através de uma política, estética e simbólica, que cristaliza temores e ameaças, como as *alterações de estatuto social*, o *desemprego*, as *invasões externas*, a *violência*, o *crime* ou a *dissolução da família*. Para este autor, a cumplicidade, entre as forças de controlo cultural e os meios de comunicação social, fornece uma oportunidade única para que surjam movimentos políticos ou sociais partidários de um novo universo moral antagónico ao dominante. Estes movimentos tenderão, com base no sistema e mantendo a sua posição hegemónica, a redefinir as fronteiras entre o moralmente desejável e o moralmente indesejável (Cohen, 1973) e podem surgir sobre a forma de movimentos de extrema-direita ou de renovação política e religiosa.

Os *estereótipos* são outra forma de consolidar percepções, na medida em que restringem a informação, categorizando de forma pejorativa os sentidos. A estereotipagem está associada ao poder e à hegemonia e, apesar de circunstancialmente atingir os poderosos, incide preferencialmente sobre os mais fracos e desprotegidos. A televisão, pela sua natureza e linguagem, utiliza os *estereótipos* como pontos de ancoragem dos públicos. Os estereótipos têm na televisão a função de sintetizar e simplificar a informação, facilitar a identificação de referentes, permitindo aos públicos que reconheçam situações e tipos sociais *insiders* ou *outsiders*. Os *estereótipos* naturalizam, através da associação de determinadas características a pessoas e grupos, os atributos, generalizando o que é particular, particularizando o que é próprio de situações gerais. Para contrariar a naturalização dos *estereótipos*, que indicia relações culturais e sociais consolidadas, são necessárias, segundo Hall (1997), políticas de representação. Na perspectiva da imigração e das minorias, ao excesso de *estereótipos* negativos – ou notícias negativas – tendem a opor-se, por pressão da regulação e da auto-regulação, representações e notícias positivas.

Partindo desta abordagem teórica e conceptual, subsistem as seguintes perguntas de investigação: Quais são os indicadores culturais e sociais na cobertura da imigração e das minorias? Que tipos de agendamento são identificáveis na cobertura destes temas? Quem são os *definidores primários* das notícias sobre a imigração e as minorias étnicas? O que faz notícia na imigração e nas minorias? Como são apresentados os imigrantes e as minorias étnicas?

Estudo Empírico: Os Imigrantes na Televisão

Nesta secção do trabalho expõem-se os dados de quatro anos de análise, 2003 a 2007, dos três canais de sinal aberto portugueses, RTP1, SIC, TVI dentro de uma perspectiva comparativa.¹⁶ As metodologias utilizadas fundamentam-se na análise do conteúdo e no tratamento estatístico dos dados com base no programa *Statistical Package for Social*

¹⁶ Justifica-se a escolha destes canais por serem abertos, isto é, não pagos, e manterem os maiores índices de audiência e valor publicitário.

Science (SPSS). As variáveis foram organizadas em três conjuntos de dados referentes à Forma, ao Conteúdo e ao Discurso. As variáveis de Forma registam os dados descritivos das peças/objectos jornalísticos como o número da peça, o tempo de duração, o alinhamento e género jornalístico televisivo. As variáveis de Conteúdo registam temas, actores, vozes e citações das peças jornalísticas. As variáveis do Discurso recolhem dados referentes à narrativa jornalística, com particular atenção para Tom, Argumentação e Enquadramento.

Da Forma ao Conteúdo

Nesta parte do texto faz-se o levantamento do número de peças, tipo de peças, o tempo de emissão das peças, o alinhamento, o género jornalístico, bem como o local que localiza a acção da peça.¹⁷ No conjunto dos jornais televisivos do *prime-time*¹⁸ foram registadas e analisadas 1332 peças nos três canais de sinal aberto. O número de peças registado no último ano de análise (2007) é inferior aos anos anteriores e configura uma tendência de descida iniciada em 2005. No conjunto dos anos, a SIC é a estação que emitiu, de forma contínua, mais peças subordinadas a esta temática, apesar de se assinalar uma descida acentuada em 2007.

Quadro I
Total de peças por ano e por canal

Canais TV/Ano	RTP1	SIC	TVI	Total
2003*	56	70	92	218
2004	80	127	112	319
2005	99	118	96	313
2006	82	96	67	245
2007	87	68	82	237
Total	404	479	449	1332

* Por questões de data de início do Projecto só foram analisados os meses de Abril a Dezembro.

Comparando os cinco anos, observamos que há alguma regularidade no volume das peças, decorrente da *agenda* da quadra natalícia e do Ano Novo, sempre associada a peças que têm como tema principal a integração e a solidariedade. Nos cinco anos não são perceptíveis «agendas» planificadas com a mesma regularidade de cobertura.

¹⁷ Foram tidas em consideração as seguintes obras e autores enunciados por ordem alfabética: Berkowitz, D. (1997), *Social Meanings of News*, London, Sage; Casey, B et al., (2002), *Television Studies: the Key Concepts*, London, Routledge; Cohen, S., J. Young (eds.) (1973), *The Manufacture of News*, Londres, Constable; Goodwin, A., Whannel, G. (1997), *Understanding Television*, London, Routledge; Traquina, N. (1993), *Jornalismo, Questões, Teorias, Estórias*, Lisboa, Vega; Tuchman, G. "As notícias como realidade construída" In: Esteves, J. P. (2001), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Horizonte, pp. 91-104.

¹⁸ A análise do *prime-time*, entre as 20h e as 22h 30m, decorre do facto de ser o período do dia em que os telegornais registam o maior índice de audiências.

No entanto, nota-se ao longo destes anos acontecimentos que suscitam invariavelmente coberturas extensas, por exemplo, as demolições de bairros degradados (2003, 2004, 2006 e 2007), a prostituição, as rusgas a bares de alterne e os julgamentos que resultaram da detenção dos indivíduos associados a estas práticas (2003, 2004, 2005, 2006, 2007) ou ainda as questões relacionadas com transgressões, crimes, etc. A cobertura dispensada ao «arrastão de Carcavelos», em 2005, constitui uma excepção e marca uma inversão na prática da cobertura de acontecimentos relacionados com os jovens portugueses de ascendência africana.¹⁹ A dimensão da agenda criada pelo acontecimento «arrastão de Carcavelos», em 2005, reflecte-se nas 52 peças contabilizadas, correspondentes a 16,6% das peças televisivas anuais. No entanto, convém assinalar que só se registaram onze peças directamente subordinadas a este tema em Junho, sendo que os factos e acontecimentos que gerou – por exemplo, manifestações da extrema-direita, visita do Presidente da Republica ao bairro da Cova da Moura²⁰ – levaram a um aumento do número de peças neste mês. Na totalidade há quinze peças (4,8% do total dos temas principais) cujo tema principal é o «arrastão de Carcavelos».

Quadro II
Meses com mais peças por ano e respectivas agendas

Os meses com + peças e % no total	2003	2004	2005	2006	2007
Mês e agendas	Julho (37; 7,1%) Visita do Presidente Lula do Brasil	Janeiro (74; 23,2%) Quadra natalícia; Quotas para a imigração	Janeiro (36; 11,5%) Quadra natalícia; Rusgas em bares de alterne	Maior (30; 12,2%) Brasileiros em Vila de Rei	Março (25; 10,5%) Demolições no bairro do Bacelo, Porto; Rottweillers matam mulher ucraniana; Cartaz do PNR contra a imigração
	Outubro (48; 21,4%) Revista <i>Time</i> «Mães de Bragança»	Fevereiro (37; 11,6%) Rusgas em bares de alterne e no Intendente em Lisboa	Junho (52; 16,6%) «Arrastão de Carcavelos»	Agosto (30; 12,2%) Nova lei de imigração	Abril (25; 10,5%) Rusgas em bares de alterne Junho (25; 10,5%); Extradição de uma criança russa e sua mãe
	Dezembro (34; 15,2%) Quadra natalícia	Maior (32; 10%) Período de recenseamento de imigrantes	Dezembro (35; 11,2%) Quadra natalícia; Deportados no Aeroporto do Porto	Dezembro (41; 16,7%) Quadra natalícia; Nova lei da nacionalidade	Dezembro (27; 11,4%) Imigrantes marroquinos desembarcam no Algarve

¹⁹ Um acontecimento ou pseudo-acontecimento relatado pelos meios de comunicação portuguesa que tiveram no centro o suposto assalto de um grupo de jovens de origem africana a banhistas que estavam na Praia de Carcavelos, arredores de Lisboa, no dia 10 de Junho de 2005, um feriado que assinala o dia de Camões e das Comunidades Portuguesas. Posteriormente veio-se a desmentir o assalto e o relato construído pelos *media*.

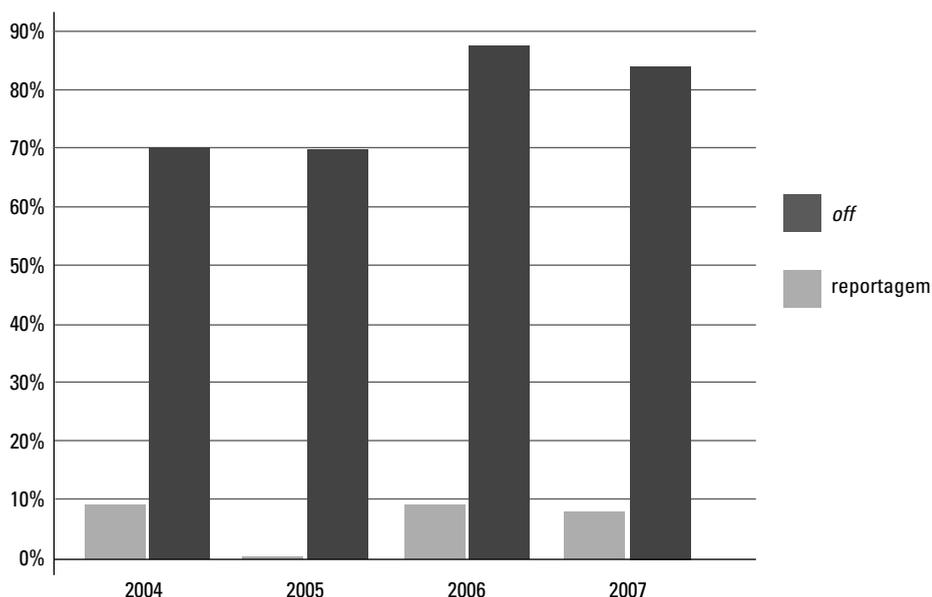
²⁰ Bairro degradado dos arredores de Lisboa com uma população predominantemente de origem cabo-verdiana.

Em 2003 salienta-se a «Visita do Presidente Lula da Silva» a Portugal em Julho e a agenda que gerou em torno do acordo para a legalização dos imigrantes brasileiros, designado «Acordo Lula». Em Outubro a publicação na Revista *Times* de uma matéria sobre as «mães de Bragança»²¹, que denunciavam o elevado número de mulheres brasileiras prostituídas na cidade, teve como consequência um aumento do número de peças no *prime-time* das televisões generalistas. No ano seguinte, 2004, para além das agendas de rotinas, registam-se as que estão associadas à revisão das políticas da imigração, bem como as que surgiram na sequência dos fenómenos de prostituição e de tráfico de mulheres. Em 2005 e 2006, os meses de Janeiro e Dezembro incluem um grande número de peças de «rotina», enquanto os meses de Junho e Maio são pautados, respectivamente, por peças sobre o «arrastão de Carcavelos» (Junho de 2005) e a vinda de brasileiros para Vila de Rei a convite da presidente da Câmara (Maio de 2006). Saliente-se ainda que para o grande número de peças registadas nestes dois anos em Janeiro contribuíram também as campanhas políticas para as eleições legislativas, em 2005, e os realojamentos realizados na Amadora, em 2006. Em 2007, há muitas peças de rotina associadas à agenda política governamental. Os meses com mais peças são Março (25 peças), Abril (25 peças), Junho (25 peças) e Dezembro (27 peças). Para este facto concorreram em Março as demolições no bairro do Bacelo, no Porto, habitado por ciganos; a morte brutal de uma mulher ucraniana, em Sintra, atacada por cães *rottweillers* e a polémica gerada em torno da colocação, na rotunda do Marquês de Pombal, em Lisboa, de um cartaz xenófobo do Partido Nacional Renovador (PNR). Em Abril, as rusgas das forças de segurança a bares de alterne em todo o país, mas principalmente no Algarve e no Alentejo, promoveram uma agenda que envolveu, também, as acções judiciais associadas a estas intervenções. Em Junho, sobressai a história da possível extradição de uma menina russa – a viver com uma família de portugueses em Barcelos – e a sua devolução à mãe com antecedentes de alcoolismo e prostituição. No mês de Dezembro, a chegada à Ilha de Culatra, Algarve, de uma embarcação a motor com imigrantes marroquinos gerou uma nova agenda em torno das condições de repatriamento e possíveis alterações de rotas da imigração africana para a Europa.

Ao longo destes anos há poucas peças subordinadas às temáticas da Imigração e Minorias Étnicas que façam a abertura dos jornais televisivos. Quando isso acontece, as peças constituem *hard news* – acontecimentos fortes e com continuidade que suscitem a atenção dos *media* –, apresentando grande potencial de audiência e mantendo-se por alguns dias, ou semanas, no alinhamento agendado. Assim, por exemplo, em 2003 encontramos doze peças que fizeram a abertura dos jornais, a maioria directa ou indirectamente relacionadas com o caso «mães de Bragança». No ano seguinte são registadas apenas sete peças de abertura, também relacionadas com as «rusgas em casas de alterne ou no Intendente» ou ainda com acidentes de natureza vária. Nos anos seguintes, 2005, 2006 e 2007, registaram-se respectivamente doze, seis e oito peças na abertura, salien-

²¹ Acontecimento que agitou a cidade de Bragança em Março/Abril de 2003 e que consistiu na denúncia, feita pelas mulheres casadas da cidade, de casas de prostituição e da actividade de mulheres brasileiras na prostituição.

Quadro III
Peças por género televisivo (2004-2007)



tando-se, no primeiro ano, seis relativas ao «arrastão de Carcavelos» e, no último ano, três relativas ao desembarque de imigrantes marroquinos na Ilha de Culatra, Algarve.

A maioria das peças analisadas, de 2003 a 2007, pertence ao género reportagem, com ou sem directos, registando-se poucas entrevistas em estúdio e *offs*. Em 2006 e 2007 mantém-se estável o número de peças entre 1'45" e 2'45" e diminuem as peças caracterizadas como *off*.

A Grande Lisboa é a região geográfica que dá origem a mais peças (211 peças, 37,8%) seguindo-se as que têm como âmbito Portugal (124 peças, 22,2% do total). Estes valores correspondem por um lado à macrocefalia de Lisboa não só política, mas também televisiva, dado que congrega todas as sedes das estações televisivas. Por outro lado, a referência a Portugal demonstra que muitas das peças dizem respeito ao país e situam-se no âmbito das políticas governamentais e da legislação. Um outro factor interpretativo que não deve ser ignorado prende-se com as reestruturações promovidas nas estações televisivas, os cortes orçamentais e uma certa economia de meios que se reflecte na concentração das peças produzidas na região metropolitana de Lisboa, onde se encontram as estações televisivas. Saliente-se ainda que, nos dois últimos anos, a SIC é a estação que mais peças produz, tendo como local de acção a região metropolitana de Lisboa, a que se segue a RTP e depois a TVI.

As peças produzidas nas delegações regionais apresentam temas predominantemente associados ao Crime, nomeadamente à prostituição, aos julgamentos dos crimes reportados ou ainda a acidentes. As hipóteses explicativas deste facto articulam-se em torno das restrições que as delegações regionais sentem em entrar no alinhamento dos jornais

nacionais, o que as leva a recorrer a estratégias fundadas na informação-espectáculo. Acresce que a produção nas delegações dos canais privados está adjudicada a produtoras independentes o que tende a reforçar alguns critérios noticiosos que garantam, à partida, a exibição das peças produzidas. Refere-se, ainda, que nas delegações regionais da RTP predomina o pessoal com habilitações técnicas (repórteres de imagem, editores de imagem) em detrimento dos jornalistas.

Quadro IV
Peças por âmbito ou local de acção

Região	2003*	2004	2005	2006	2007
Grande Lisboa	68 (30,5%)	113 (35,4%)	127 (40,6%)	84 (34,3%)	91 (38,4%)
Portugal	52 (23,3%)	71 (22,3%)	54 (17,3%)	70 (28,6%)	38 (16,0%)
Outra região + focada	Norte (42; 18,8%)	Centro (34; 10,7%)	Norte (30; 9,6%)	Centro (22; 9%)	Algarve (35; 14,8%)

* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

Actores e conteúdos

Nesta secção faz-se o levantamento dos actores com maior protagonismo e voz nas notícias (Actor1; Actor2) e os temas mais focados nas peças. Na categorização dos actores e temas esteve subjacente a literatura sobre a imigração e as minorias étnicas em Portugal.²²

Como defendem muitos académicos (por exemplo, Hall, 1978) e organismos internacionais, tais como o *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC) e a UNESCO, e constatarem estudos de opinião internacionais e nacionais, as televisões são responsáveis pela criação de uma opinião pública relativamente aos imigrantes. Os conteúdos das imagens veiculadas pelos canais televisivos contribuem, em grande parte, para a construção das identidades dos imigrantes e dos grupos étnicos, ao referirem, por exemplo, o seu país de origem, a situação jurídica, a ocupação ou os temas mais frequentes a que estão associados. Nesta perspectiva, os dados que se apresentam aqui permitem, em conjugação com outros estudos, nomeadamente os desenvolvidos por Lages e Policarpo, em 2004 e 2005, fazer um esboço das identidades dos imigrantes apresentadas pelas estações de televisão portuguesas.

Ao longo dos anos analisados os brasileiros são os imigrantes mais referidos de forma individualizada, apesar de, no conjunto, se terem registado mais peças onde estão

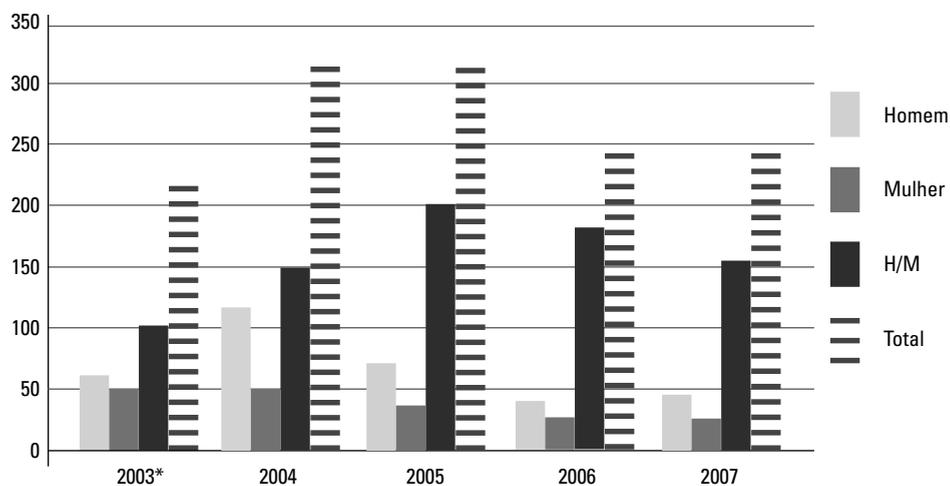
²² Baganha, M. I. e Marques, J. C. (2001), *Imigração e Política: o caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana; Bastos, J. G. e Bastos, S. P. (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa: Fim de Século: 12-14; Cádima, R. e Figueiredo, A. (2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*, Lisboa, ACIME; Ferin Cunha, I. et al., (2002), "Media e discriminação: Um estudo exploratório do caso português", *Revista Obercom*, n.º 5, pp. 27-38; Lages, M. e Policarpo, V. (2003), *Atitudes e Valores perante a Imigração*, Lisboa, ACIME; Miranda, J. (2002), *A Identidade Nacional: Do mito ao sentido estratégico*, Oeiras, Celta; Pires, R. Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta; Vala, J., Brito, R., Lopes, D. (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, ICS.

presentes imigrantes de várias nacionalidades. A visibilidade dos cidadãos brasileiros está em consonância com a sua realidade estatística, na medida em que constituem a comunidade mais numerosa. No entanto, verificam-se, nestes anos, algumas alterações, indiciando novos movimentos migratórios, tais como a descida do número de peças relativas a cidadãos de países do Leste da Europa, nomeadamente ucranianos e, contrariamente, um aumento de referências às comunidade chinesa e romena. No último ano analisado, salienta-se o aumento de peças referentes a cidadãos originários do Magrebe (dezoito peças, 7,6%) e a cidadãos russos. Duas agendas determinam a visibilidade dos cidadãos do Magrebe: as acções de prevenção realizadas pelas marinhas portuguesa e espanhola na costa mediterrânica e africana e a chegada à Ilha de Culatra de uma embarcação de imigrantes. Já a proeminência dos cidadãos russos (catorze peças, 5,9%) está associada à visita do presidente Putin a Portugal, efectuada no âmbito da presidência europeia portuguesa.

As referências às designadas «segundas gerações» registam uma diminuição significativa nos dois últimos anos analisados, facto que deverá ser interpretado tendo em conta a Nova Lei da Nacionalidade. Ainda de notar a diminuição de peças onde são identificados membros de etnia cigana, o que acompanha a sensibilização pública, junto dos operadores privados e jornalistas, no sentido de omitir a referência a esta comunidade, caso não haja pertinência para a notícia reportada.

Independentemente de a maioria das peças focar adultos, homens e mulheres, nota-se que há um crescimento do número de peças onde se destacam crianças e jovens filhos de imigrantes. Estas peças têm, na maior parte dos casos, as escolas como cenário. Nos últimos anos, constata-se uma diminuição do número de peças sobre as mulheres, o que

Quadro V
Peças por Género



* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

está associado à diminuição do número de peças sobre casas de alterne e prostituição. Em função desta evidência verifica-se que a mulher colhe um maior número de peças em 2003, o que deverá ser lido em consonância com o caso «mães de Bragança» e a publicação, na revista *Time*, da reportagem sobre a prostituição no Norte de Portugal.

Até este momento da exposição, assistiu-se à caracterização dos imigrantes quanto à nacionalidade, idade e género. A partir daqui, pretende-se entender qual a proeminência que lhes é concedida nas peças jornalísticas.

Em primeiro lugar, observa-se que os imigrantes são os actores mais focados ao longo destes cinco anos, tanto como actores principais como actores secundários, seguindo-se as forças de segurança (PSP, SEF, GNR, PJ) e os populares. Observa-se, assim, que, em 2003, os imigrantes colheram 52,5% dos valores das peças, ressalvando-se que se trata mais de um actor passivo que activo, enquanto as forças de segurança reuniram 35,2%, assumindo-se como actor activo. Em 2004 o número de peças onde os imigrantes eram actores baixou (30,3%), mas aumentou em contrapartida o seu papel activo. Já em 2005 constata-se que os imigrantes voltam, de novo, a ter um papel mais passivo, subindo um pouco no ano seguinte. No conjunto das nacionalidades, verifica-se que os cidadãos brasileiros e dos países do Leste da Europa (Moldávia, Rússia, Ucrânia, Roménia) são os que adquirem maior proeminência como actores activos, na medida em que obtêm valores mais elevados nas citações.

No que toca às minorias, nota-se que as «segundas Gerações» adquirem maior protagonismo como actores em 2005, 25 peças (8,0% do total das peças), embora a sua expressão activa corresponda apenas a catorze peças e a 5,4% das citações, o que demonstra que a sua função é ainda, significativamente, de actor passivo. Os dados de 2005 estão vinculados, tal como foi referido, às «ondas de choque» que se seguiram ao «arrastão de Carcavelos», pois, em 2006 e 2007, os valores referentes às «segundas Gerações» são bastante inferiores, o que também pode decorrer da nova Lei da Nacionalidade e da consequente aquisição da nacionalidade portuguesa. Os cidadãos de origem cigana registaram em 2003 o maior número de peças (28 peças, 12,8% do total); seguiu-se o ano de 2004 (25 peças, 5,2%) com valores muito inferiores a 2005 (sete peças, 2,2%), 2006 (cinco peças, 2%) e a 2007 (seis, 2,5%). As vozes destes actores foram mais activas também em 2003, com 22 peças, correspondendo a 8% do total. Nos anos seguintes, essa expressão diminui em consonância com a redução do número de registos assinalados. Uma das hipóteses interpretativas para esta situação está, mais uma vez, no esforço perpetrado por diversos organismos, entre eles o ACIME/ACIDI, no sentido de consciencializar os agentes e operadores dos *media* para a discriminação que se encontra associada à nomeação da etnia. Nota-se também que os valores referentes ao protagonismo do Estado/Governo apresentam algumas oscilações, associadas às campanhas eleitorais e às diferentes agendas políticas de discussão e promulgação das Leis de Imigração e da Nacionalidade. Por outro lado, verifica-se uma certa estabilidade nos indicadores de participação dos populares, especialistas e empresários, em grande parte como actores activos. Infere-se, dos dados recolhidos, que continua a existir um peso considerável das fontes oficiais, se bem que há indícios mais consistentes de outras fontes, nomeadamente as que decorrem da sociedade civil.

Quadro VI
Voz atribuída aos actores principais (Citação 1)
por ano, número de peças e percentagens correspondentes ao total de peças

Actores com Voz	2003 *	2004	2005	2006	2007
Europa de Leste	20 (7,2%)	44 (10,8%)	21 (6,6%)	14 (5,7%)	8 (3,4%)
Brasileiros	26 (9,4%)	22 (5,5%)	19 (6,1%)	19 (7,8%)	6 (2,5%)
Forças de Segurança	47 (17%)	48 (11,8%)	40 (12,8%)	27 (10,9%)	27 (15,7%)
Populares, especialistas e empresários**	52 (18,9%)	88 (21,9%)	50 (16%)	34 (13,9%)	50 (21,1%)
Total de peças	218	319	313	245	237

* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

** Em 2003 só estava contemplada a modalidade Populares.

Mas a que temas estão associados estes protagonistas? Quais são os acontecimentos e as matérias que mais proeminência têm nas televisões? Será que todas as estações dão a mesma ênfase a todas as matérias? Há alguma diferença nas temáticas abordadas entre a televisão pública e as televisões privadas?

Para obter respostas mais concludentes relativamente às perguntas inicialmente formuladas, utilizam-se os critérios de 2004, que não são possíveis de obter para o ano de 2003, dado que neste ano apenas foram analisados os meses de Abril a Dezembro. Para os restantes três anos agregaram-se as temáticas em cinco campos semânticos: «Transgressão Social» (Crime, Exploração, Máfia, Prostituição e Violência); Estado/Governo (Expulsão, Legalização, Legislação, Naturalização, SEF, Segurança e Terrorismo); «Sociografia» (Clandestinidade, Condições Sociais, Desemprego, Discriminação, Educação, Economia, Família, Habitação, Refugiados, Trabalho, Sem-abrigo e Saúde); «Políticas inclusivas» (Cultura, Integração, Reagrupamento, Religião); «Rotinas dos Media» (Acidentes/ Incidentes, Agendas, Estatísticas e Estudos sobre a Imigração).

Quadro VII
Agregação das temáticas principais

Temáticas agregadas (Tema 1)	2004	2005	2006	2007
Transgressão social	105 peças 34,5%	119 peças 37,7%*	66 peças 26,9%	48 peças 20,3%
Estado/Governo	42 peças 13,3%	38 peças 12,1%	24 peças 9,8%	52 peças 21,9%
Sociografia	49 peças 21,3 %	65 peças 20,8%	75 peças 30,6%**	91 peças 38,4%

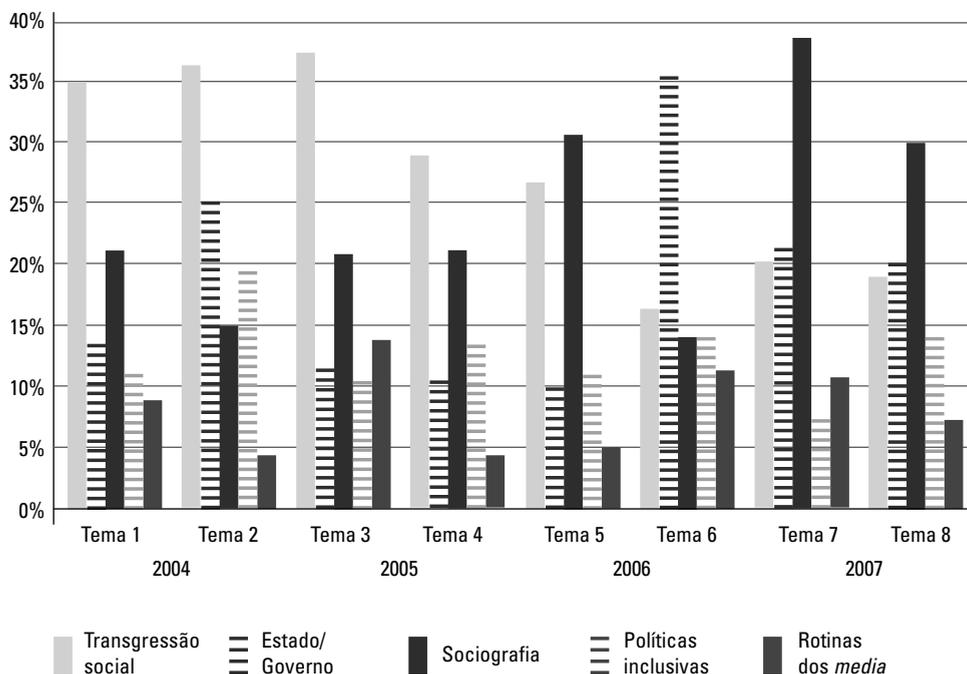
Políticas inclusivas	36 peças 11,3%	34 peças 10,8%	29 peças 11,8%	17 peças 7,1%
Rotinas dos <i>media</i>	29 peças 9%	42 peças 13,5%	13 peças 5,2%	28 peças 11,7%
Total de peças	319	313	245	237

* Inclui as peças referentes ao «arrastão de Carcavelos».

** Inclui as peças referentes aos «brasileiros em Vila de Rei».

A observação deste quadro mostra que em 2006 e em 2007 há uma maior representatividade das peças agregadas em «Sociografia» e um menor número de peças de «Transgressão social». É de notar, também, que em 2005 o valor deste último indicador reflecte o «arrastão de Carcavelos» como tema principal. Salienta-se, ainda, que nos últimos anos se observa um crescimento do número de peças registado no grupo rotinas dos *media* e no grupo Estado/Governo, o que está em consonância com os actos eleitorais e a adopção da nova Lei da Nacionalidade. Comparando os temas registados em Tema 1, com os temas registados como segundos (Tema2), nota-se que a partir de 2006 o grupo «Transgressão social» agrega um menor número de peças, aumentando o volume de peças registado nas temáticas «Sociografia».

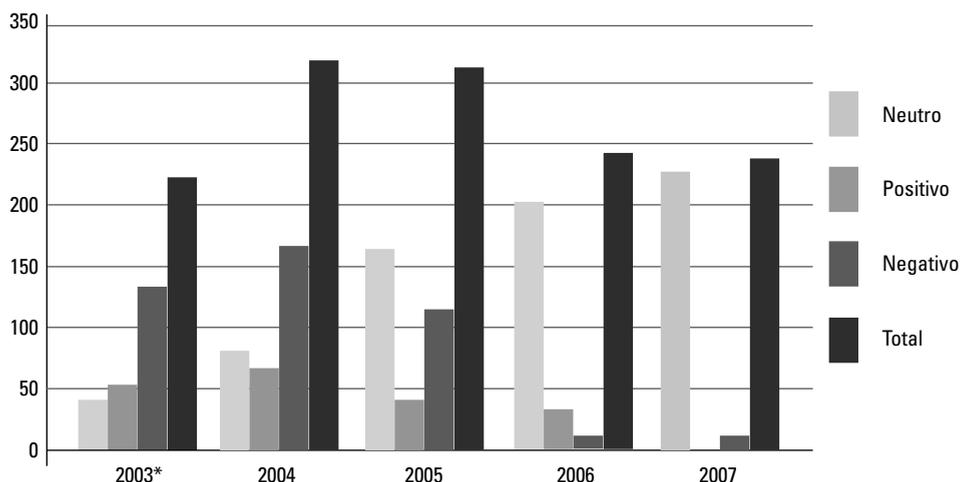
Quadro VIII
Comparação do Tema 1 e Tema 2, agregados, anos de 2004-2007



Discursos: do tom ao enquadramento

Na comparação dos anos em análise, notam-se ainda alterações nos tipos de narrativa, categorizadas no tipo de enquadramento e na argumentação utilizados. Estas variáveis, e respectivas modalidades, assumem, em consonância com trabalhos realizados por investigadores internacionais e nacionais (Fowler, 1991; van Dijk, 1997), que a notícia, na imprensa e na televisão, é um género narrativo – que envolve o relato, hierarquizado, de acontecimentos políticos, económicos e sociais – no qual o enunciador expressa, através de determinadas estratégias linguísticas, o seu ponto de vista e comentário. O tom, ou seja, a forma como a peça é discursivamente organizada e expressa uma interpretação do conteúdo, sofreu significativas alterações ao longo destes cinco anos analisados. Assim, se nos primeiros anos o tom era negativo (2003 e 2004), nos últimos a tendência é para o aumento do número de peças em tom neutro. Estas alterações são comuns aos três canais, constituindo 2005 um ano de transição. Os anos de 2006 e 2007 apresentam 80% a 90% de peças neste tom.

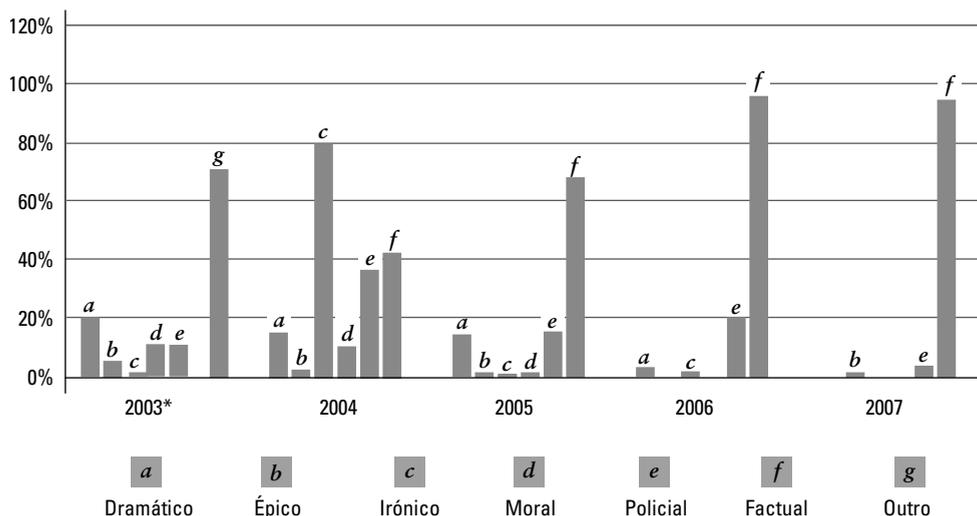
Quadro IX
Tom por peça



* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

A variável enquadramento pretende apreender como o enunciador hierarquiza a informação, ao identificar as isotopias temáticas por ele seleccionadas. Nesta perspectiva, as modalidades desta variável têm como objectivo identificar os contextos discursivos em que determinados acontecimentos se encontram inseridos e são tratados.

Quadro X
Enquadramento das peças



* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

** Em 2003 não estava contemplada a modalidade Factual.

Neste quadro, nota-se que a modalidade Factual, que regista narrativas centradas predominantemente na descrição de acções e factos, ganhou progressiva importância ao longo dos anos analisados, sendo que, em 2006 e 2007, está identificada em mais de 90% das peças. Já na variável argumentação, que pretende identificar as estratégias de comentário, ou atitude, dos enunciadores da notícia, nota-se o crescimento da modalidade assertiva, que corresponde à utilização de enunciados fundados na descrição da acção ou acontecimento, onde o enunciador procura distanciar-se do facto relatado. Esta modalidade, introduzida no relatório de 2004, registou 115 peças, correspondentes a 36,1% do total, e no ano seguinte obteve a mesma percentagem do total, com 113 peças identificadas. Em 2006, o número de peças registadas nesta modalidade ascende a 133 (54,3%) num total de 245, e em 2007 representam 204 (86,1%) em 237 peças.

Conclusão

Antes de mais pretende-se evidenciar que a temática do Projecto «Media, Imigração e Minorias Étnicas» entrou definitivamente nas rotinas de produção da televisão e ocupa um espaço nos alinhamentos. A análise destes anos permite afirmar que a cobertura deste tema reflecte de forma continuada as agendas político-governamentais portuguesas e europeias, constituindo um *issue* de rotina, abordado dentro dos princípios utilizados pelos canais e pelos profissionais para a generalidade dos temas jornalísticos.

Uma segunda observação prende-se com a permanência, embora em progressiva diminuição, das peças focadas nas temáticas agregadas em «Transgressão social», e a crescente visibilidade dos temas integrantes da categoria «Sociografia» e «Integração». No entanto, esta tendência está associada à diminuição do volume das notícias. Este facto pode ter múltiplas leituras a partir do contexto de produção da notícia: a escassez de matéria-prima, a falta de interesse que o tema suscita nos públicos; as tensões e estrangulamentos existentes entre diferentes grupos de *definidores primários*.

Apesar de o número de peças ter vindo a diminuir ao longo destes cinco anos, é possível sistematizar algumas agendas, nomeadamente as decorrentes de rotinas, como o caso das festas do Natal e do Ano Novo; as resultantes da actividade legislativa do Governo; ou ainda as que foram geradas por acontecimentos de grande impacto público, como a prostituição de mulheres brasileiras. A persistência desta última agenda, de 2003 a 2006, corrobora estudos sociológicos (Padilla, 2004; Lages e Policarpo, 2006) que atribuem ao passado colonial a percepção dos portugueses sobre a imigração brasileira e muito especificamente sobre as mulheres brasileiras. Independentemente de, no decorrer dos anos, a agenda da prostituição se ter alterado ao envolver acontecimentos sobre a prevenção do tráfico de seres humanos e a punição dos exploradores, na verdade as peças noticiosas mantêm o mesmo discurso: mulheres sensuais, ambientes nocturnos e rusgas policiais. Nestas peças, os estereótipos coloniais actualizam-se através de atributos imputados, por vezes de forma subtil, às imagens das mulheres brasileiras, mesmo que os discursos surjam *politicamente correctos*.

De salientar as peças localizadas no Centro, Interior e Norte do país, que proporcionalmente mais enfatizam esta agenda. Isto deve-se ao facto de as forças de segurança se constituírem como únicos e importantes *definidores primários*, mas também pela carga de *infotainment* incutida nas peças noticiosas. Na verdade, as peças que são produzidas nas delegações regionais tendem a ser emitidas nos noticiários do meio-dia ou da manhã e são as estratégias de espectacularização que as levam ao *prime-time*. Por outro lado, as práticas de alterne e prostituição têm sido mais frequentemente detectadas no Interior e Norte do país, o que leva a que essa informação se localize nessas regiões.

Dos dados registados ressalta que a maioria das peças foca o imigrante «Homem» ou simultaneamente o «Homem» e a «Mulher» (H/M). As peças que focam só «Mulheres» estão, sobretudo nos anos de 2003 e 2004, associadas à prostituição. As peças noticiosas sobre homens apresentam-no como relativamente jovem, em situação de clandestinidade, muitas vezes envolvido em crimes, membro ou vítima de redes organizadas. Os cidadãos brasileiros são aqueles que maior visibilidade têm como criminosos, seguindo-se os cidadãos dos Países do Leste da Europa. Os africanos e descendentes de imigrantes africanos de países de língua oficial portuguesa (PALOP) estão, com excepção do caso do «arrastão de Carcavelos», pouco visíveis. Os estereótipos mais presentes são o brasileiro *malandro* e o europeu de Leste *mafioso*. As peças que focam «Homem e Mulher» são, em grande parte dos casos, aquelas que pretendem mostrar os percursos individuais de integração ou a integração de casais e famílias. Os relatos contam os percursos de sucesso de imigrantes e a *bondade* de Portugal como país de acolhimento. Poucos relatos abordam as situações de abuso de poder ou exploração trabalhista.

Apesar de a maioria das peças ter, a partir de 2005, como actores mais proeminentes os populares, os especialistas (advogados, professores, médicos, bombeiros, etc.) e os imigrantes, na verdade a *autoridade* que estes grupos demonstram é diferente. Os populares e os especialistas têm normalmente uma função activa, identificável pelos testemunhos que prestam. Os imigrantes têm preferencialmente uma função passiva, isto é, são sujeitos de uma acção contada por outros. No conjunto, estes três grupos têm uma *autoridade* que está longe do conceito de *definidores primários* (Hall *et al.*, 1978), da qual se aproximam as forças de segurança ou ainda as instituições governamentais. Nota-se ainda que, entre os imigrantes, são os brasileiros que surgem mais vezes como actores, apesar de, proporcionalmente, não se fazerem ouvir. A presença dos brasileiros como actores em grande número de peças pode ser interpretada como um *reflexo* da proeminência da comunidade em Portugal. No entanto, o mesmo não acontece com os actores cabo-verdianos, notoriamente ausentes, apesar de serem a maior comunidade em Portugal e falar, na generalidade, a língua portuguesa. Por isso, regista-se com surpresa que os imigrantes cabo-verdianos tenham menos voz e menos visibilidade nas peças que os imigrantes originários do Leste da Europa, apesar de estes terem menos domínio da língua portuguesa. Os cabo-verdianos, assim como outros imigrantes africanos, poucas vezes surgem como actores e menos vezes ainda lhes é atribuída voz, apesar dos numerosos temas em que estão envolvidos.

Estas observações são particularmente importantes, quando se sabe que o ano de 2005 incluiu o «arrastão de Carcavelos», mas também estes dados devem ser contextualizados tendo em conta os mecanismos de regulação internos e externos às redacções e aos meios de comunicação. Assim, o caso «arrastão de Carcavelos» domina o ano de 2005 e será responsável pela visibilidade adquirida pelas «segundas Gerações», tanto na imprensa como na televisão. Num ambiente de recessão económica profunda, as televisões apresentaram, com base em fontes policiais e de um comerciante, um relato de *pânico moral* decorrente da invasão de uma praia de classe média por jovens negros suburbanos e da agressão de famílias de banhistas desprotegidas. O *pânico moral* surge como reacção social a um fenómeno real ou percebido como perigoso, que potencialmente ameaça posições, interesses, ideologias e valores. O *pânico moral* está associado ao *risco*, à percepção que os indivíduos e a sociedade constroem perante uma ameaça que irrompe incontrolável no *statu quo* do quotidiano normalizado. Além disso, o pânico é *moral*, porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada por si gerada, como seja a harmonia entre diferentes grupos étnicos e sociais (Penglase, 2006). O relato do «arrastão de Carcavelos», fundamentado em fotografias de um comerciante de praia, criou na sociedade portuguesa o temor por uma incontrolável implosão dos bairros suburbanos, maioritariamente habitados por descendentes de imigrantes das ex-colónias africanas. As peças televisivas reavivaram os medos coloniais, revitalizaram os discursos dos interesses lesados pela descolonização e mobilizaram os interesses associados à integração. As discussões que este caso acarretou, tanto no campo dos *media* como da política e da sociologia, foram determinantes não só para a implantação de medidas no âmbito da regulação dos meios de comunicação, como para a efectivação de alterações à Lei da Nacionalidade, permitindo estender

a nacionalidade portuguesa a descendentes de imigrantes e emigrantes. Em simultâneo, foram lançadas acções com vista à integração dos jovens das periferias urbanas e à reabilitação dos bairros degradados. De assinalar, também, que o mesmo acontecimento determinou a erupção de movimentos de extrema-direita com tendências xenófobas e racistas. Ao nível teórico e conceptual, este acontecimento incitou à reflexão sobre os *racismos subtis* adormecidos sob a capa do politicamente correcto. A agenda gerada por esse acontecimento iniciou um processo de inversão de algumas características de actuação da sociedade e do Estado português, identificadas como racismo institucional, tais como procedimentos burocratizados na escola, na administração pública e no acesso a determinados serviços públicos.

No campo dos *media*, a representação do acontecimento e o discurso que lhe esteve subjacente parecem ter, num primeiro momento, recuperado não só os discursos associados aos traumas coloniais, como a ideia de *pânico moral* subjacente aos *medos* relacionados com momentos de crise económica, política e social. Evocar S. Hall *et al.* (1978) e a sua obra com cerca de trinta anos, *Policing the Crisis*, é, nesta perspectiva, uma aproximação para a contextualização do acontecimento e para a sua interpretação. Independentemente da revisão teórica que o próprio Hall efectuou, em diferentes momentos a este trabalho com trinta anos, minimizando o papel causa-efeito dos *media* na percepção desviante de grupos de jovens delinquentes, o que ressalta da leitura é a coincidência entre os factores do «arrastão de Carcavelos» e os factores enunciados por Hall em torno dos *mugging*.²³ Esta semelhança surge tanto na actuação dos meios de comunicação, como nas declarações de políticos, nas fontes policiais e em parte, na opinião pública. O acontecimento, desmentido nos dias seguintes (por outras testemunhas, outros meios de comunicação, responsáveis superiores da polícia, ACIDI e alguns intelectuais) encarado depois como um não-acontecimento ou um acontecimento construído pelos meios de comunicação, e sobretudo pela televisão, merece, no entanto, maior reflexão. O acontecimento, pseudo-acontecimento ou acontecimento fabricado emergiu como credível em diversas instâncias da sociedade, inserindo-se numa linha de outros casos amplamente relatados e documentados pelos meios de comunicação – crimes de gangues juvenis, bairros degradados e insucesso escolar – e em estreita conjugação com hierarquias e imaginários coloniais (Cabecinhas, 2007). Este acontecimento veio, ainda, dar maior protagonismo a outros grupos de *definidores primários* associados às políticas de imigração e às instituições de regulação e à auto-regulação. É nesta perspectiva que se pode entender a tensão entre interesses e percepções que reforçam a cultura de *pânico moral* – e as notícias sobre o crime e o desvio associadas à imigração – e um outro conjunto de interesses, que apela a uma cultura de tolerância e integração, tentando fazer da televisão o veículo das *boas práticas* da imigração. Este confronto pelo controlo cultural e social das representações e pela reorganização de novos *mapas de sentido* sobre a imigração e as minorias étnicas – processo que está, igualmente, em curso relativamente a outras temáticas – está também presente, ao longo destes anos, nas características do discurso jornalístico. Se nos primeiros anos analisados se observa

²³ *Mugging*: assaltos com violência perpetrados por jovens negros jamaicanos em Londres.

um tom negativo e um enquadramento policial ou dramático acompanhado de uma argumentação securitária, nos últimos anos prevalece o tom neutro, o enquadramento factual e a argumentação assertiva. Estes indicadores, independentemente dos temas tratados, demonstram que há uma diminuição da utilização da matéria-prima imigração e minorias étnicas, como *infotainment* capaz de promover maiores audiências.

Para concluir, a visibilidade ou invisibilidade dos imigrantes e das minorias tem suscitado, igualmente, um debate público nacional e europeu – nem sempre explicitado nas suas dimensões plurais políticas e económicas – em torno da Identidade e da Diferença, mas, sobretudo, sobre as políticas de imigração e inclusão. Estes debates ecoam nas coberturas jornalísticas e, tendo em conta a natureza da imagem, a edição televisiva e o pressuposto sobre os valores das audiências inscrevem-se em procedimentos que tanto podem ser lidos como boas práticas, como de reforço dos exotismos culturais e/ou étnicos ou ainda como formas de tornar invisíveis diferenças de acesso a oportunidades sociais.

Bibliografia

- Appadurai, A. (2004) *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa: Teorema.
- Berger, P. L. e Luckman, T. (1996) *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto, Campo das Letras.
- Canclini, N. G. (1997) *Culturas Híbridas*, São Paulo: Edusp.
- Castells, M. (2003) *O Poder da Identidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castles, S. e Miller, M. J. (2003) *The Age of Migration*, London: Macmillan Press.
- Cohen, S. (1972) *Folk Devils and Moral Panics*, London: McGibbon and Kee.
- Dearing, J. W. e Rogers, E. M. (1996) *Agenda-Setting*, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dijk, T. van (1991) *Racism and the Press*, London: Routledge.
- Eurobarómetro Especial 263, published in 2007 about Discrimination in the European Union.
- Faustino, P. (coord.) (2006), *O Alargamento da União Europeia e os Media*, Porto, Media XXI.
- Featherstone, M. (1997) *O desmanche da Cultura*, São Paulo: Studio Nobel.
- Ferin, I. et al. (2006) *A Televisão das Mulheres: Ensaios sobre a recepção*, Lisboa: Quimera/Bond.
- Fowler, R. (1991) *Language in the News*, London: Routledge.
- Giddens, A. (2004) *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hall, S. (1997) *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*, London: Sage.
- Hall, S. et al. (1978) *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, Londres: Macmillan.
- Lages, M. e Policarpo, V. (2006) *Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens recíprocas*, Lisboa: ACIME.
- McCombs, M. E. e Shaw, D. L. (1972) 'The agenda – Setting function of the press', *Public Opinion Quarterly*, 36: 176-87.
- McCombs, M. E. e Shaw, D. L. (1993) 'The evolution of agenda-setting theory: 25 years in the marketplace of ideas', *Journal of Communication*, 43(2): 58-66.
- McQuail, D. (1994) *Mass Communication Theory*, London: Sage.
- Padilla, B. (2004) *Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities*. 9th International Metropolis Conference "Co-operative Migration Management" <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp200501.pdf>
- Park, R. (1940) 'News as a form of knowledge' in: R. H. Turner (ed.), *On Social Control and Collective Behavior*, Chicago: Chicago University Press; pp. 32-52.
- Penglase, B. (2007) Barbarians on the beach: Media narratives of violence in Rio de Janeiro, Brazil, *Crime Media Culture*, 3: 305-325.
- Wenden, C.V. (2005) *Atlas de migrations dans le monde*, Paris: Éditions Autrement.
- Wieviorka, M. (2002) *A Diferença*, Lisboa: Fenda.
- Woodward, K. (1997) *Identity and Difference*, London: Sage.